

A persistência do imobilismo

Publicação: [Cadernos do Lumiar Nº6](#)

Data de Publicação: 1996

A questão da Rodésia intensificou, como se viu, os ataques à política ultramarina portuguesa nos diversos órgãos, da ONU.

Marcelo Caetano mantém a posição portuguesa em relação à ONU

Com a saída de Salazar da cena política portuguesa e a ascensão de Marcelo Caetano à chefia do governo, criou-se interna e externamente a expectativa de uma possível evolução do regime num sentido mais liberal e na possibilidade de se encontrar uma solução política para a questão ultramarina. Marcelo Caetano havia, em tempos, quando estivera no governo, advogado a criação de uma espécie de comunidade de países de língua portuguesa, através da qual se poderia realizar a autonomia política dos territórios de África.

Forças conservadoras e as repetidas indecisões do novo chefe do governo não permitiram a evolução do regime, tão necessária, abrindo o caminho ao golpe de Estado e à revolução. Algumas reformas tímidas, de carácter mais cosmético do que substancial, não alteraram grandemente as características do regime. E no que respeita à política ultramarina não foi alterada a concepção da unidade constitucional do Estado português, integrando os territórios ultramarinos. Por conseguinte, a posição em relação às decisões da ONU não sofreu qualquer alteração e, como já foi referido, de 1968 em diante continuaram a ser aprovadas nos órgãos da ONU diversas resoluções condenatórias da política colonial portuguesa.

Em resumo, deve notar-se que, de 1960 a 1973, sem contar com as numerosas resoluções aprovadas nas agências especializadas da ONU, nos seus órgãos centrais foram aprovadas 173 resoluções condenando a política ultramarina portuguesa, um recorde certamente não alcançado por qualquer Outro país.

Um objectivo impossível de realizar

Na apreciação da atitude portuguesa para com as instituições políticas da ONU, atitude praticamente dominada pela questão ultramarina desde o momento da sua admissão

em 1955 até ao ano de 1974, há que considerar, em primeiro lugar, o seu objectivo político e, em seguida, as estratégias empregadas para sustentar esse objectivo.

Quanto ao objectivo político, embora irrealizável, era bem claro: Portugal não possuía colónias, não tinha que alterar os laços políticos que prendiam os seus territórios ultramarinos à metrópole, definidos, por uma vez, na Constituição Portuguesa, que consagrava a unidade nacional da metrópole e das suas dependências no ultramar. A política adoptada foi a do imobilismo político face a todos os ventos da História, às circunstâncias internacionais no sua descrença pós-guerra, à vaga avassaladora da descolonização, à dissolução dos impérios coloniais britânico, francês, holandês e belga. Todas as referências a possíveis consultas populares, feitas sobretudo aos representantes americanos e brasileiros, não passaram de simples forma de amolecer os adversários, de ganhar tempo. George Ball não se deixou, porém, enganar quando disse a Salazar que ficara com a impressão de que ele pensava erradamente que o tempo corria a seu favor. No espírito de Salazar, a sua posição política quanto à unidade nacional era inabalável e quando teve de exprimir por escrito o seu pensamento aos seus interlocutores americanos não hesitou em afirmar que «nenhum benefício resultaria nem para as populações dos territórios portugueses, de uma decisão que envolvesse a quebra dos laços políticos que dão coesão ao conjunto». E no memorando entregue a Ball dizia-se claramente, como vimos, que a realização de um plebiscito ou referendo de âmbito nacional era uma possibilidade que pressupunha atribuir a um tal acto «a validade constitucional que lhe deve corresponder» ou seja, a preservação da unidade nacional.

Esta atitude de imobilismo político era consciente, destinada a criar no espírito dos adversários externos da política seguida por Portugal a inutilidade das suas pressões no sentido de obter uma evolução, ainda que pequena, da situação política dos territórios ultramarinos. Franco Nogueira, o mais enérgico e eloquente arauto desta política na cena internacional, num prefácio que escreveu em 1979, para a colectânea que publicou de alguns relatos de conversas que teve com diversas figuras políticas estrangeiras, afirma: «Dirá que a política portuguesa era rígida, inflexível. E era, e havia a plena consciência do facto».

Não eram apenas os americanos e os brasileiros que procuravam que o governo português admitisse a realização de uma consulta popular que permitisse, qualquer que fosse o seu resultado, um maior apoio internacional à posição portuguesa. De Gaulle, compreensivo para com a situação portuguesa, mas realista como era, achava que seria necessário que o governo português concedesse uma certa evolução política. Quando

Marcello Mathias, ao deixar a pasta dos Negócios Estrangeiros, voltou a ocupar a embaixada em Paris, na primeira audiência que teve com o general este prometeu ajudar o governo português, na medida do possível, mas foi advertindo que num mundo em movimento não se poderia manter imóvel.

A intransigência de Salazar na questão ultramarina provinha não só da sua descrença nos processos democráticos mas também da sua convicção de que qualquer abertura no sentido de um livre debate popular e de uma livre votação punha em perigo a sobrevivência do sistema político que ele instituía. Para ele não se tratava tanto de conceder mais ou menos autonomia aos territórios ultramarinos, dentro de um curto ou médio prazo, mas de preservar inalteráveis as linhas-mestras do Estado Novo, traçadas na Constituição de 1933.

Richard Mahoney afirma lucidamente, na sua bem documentada e profunda análise da política ultramarina portuguesa, que «havia também o simples facto de que o futuro político de Salazar estava ligado à preservação do ancien régime». O jornal Le Monde, num artigo publicado em 17 de Setembro de 1963, afirmava que nunca haveria uma descolonização em Portugal sem que houvesse primeiro uma revolução em Lisboa. A mesma opinião tinham os agentes da CIA que se ocupavam de Portugal e aconselhavam contactos com elementos oposicionistas no sentido de os encorajar e ajudar a derrubar Salazar. No intuito de mostrar serviço, muitos dos relatos feitos por estes agentes eram porém fantasiosos ou demasiado optimistas sobre as possibilidades de triunfo dos elementos da oposição. A leitura de tais relatos só pode levar ao engano os estudiosos do período, pois Salazar dominava perfeitamente a situação política interna.

Com um objectivo perfeitamente irrealista e uma total intransigência em matéria de descolonização, num ambiente internacional fortemente favorável à emancipação dos povos colonizados, as opções estratégicas que se punham às autoridades portuguesas não poderiam ser muitas, nem muito sólidas ou eficazes. A principal estratégia adoptada, como já foi referido, foi a de contar com o tempo, com o cansaço e desgaste dos adversários e com um possível agravamento da guerra fria que levasse ao esquecimento do caso português. Era uma estratégia condenada ao fracasso que, como se viu mais acima, George Ball denunciou em termos claros e firmes a Salazar.

A outra estratégia utilizada para sustentar a posição portuguesa junto das potências ocidentais foi a de declarar, repetida e firmemente, que Portugal com a sua política ultramarina procurava defender o ocidente. Nunca ninguém, na cena internacional, tomou muito a sério uma tal tese que, com a crescente maioria condenando a política

portuguesa no seio da ONU e fora dela, acabou por se tornar um tanto ridícula. Marcelo Caetano, num discurso pronunciado em 27 de Setembro de 1970, com escândalo para certos meios nacionalistas, referindo-se à defesa da posição ultramarina do governo, disse: «se apenas estivesse em causa a defesa do ocidente, eu não teria uma posição tão firme como tenho, porque não é nossa obrigação sustentar sozinhos uma causa que toca a tantos países, e a tantos homens, sem que eles possuam consciência dos seus interesses vitais nem reconheçam ou agradeçam o serviço que lhes prestamos».

Outra estratégia adoptada foi a de atribuir a uma entidade abstracta, a ONU, uma verdadeira conspiração antiportuguesa, destinada apenas a expulsar Portugal de África para satisfazer diversos interesses ocultos. As resoluções votadas na ONU resultavam da aprovação que lhes era dada pelos Estados membros que a compunham, representando, praticamente, toda a comunidade internacional. Com o andar do tempo, o número de países votando contra Portugal foi crescendo de tal forma que, finalmente, já nenhum se atrevia a votar a nosso favor, a não ser a África do Sul, condenada pela sua política de apartheid, um companheiro, aliás, pouco desejável. Países que mantinham estreitas relações connosco, e os próprios parceiros na NATO, votavam favoravelmente resoluções condenatórias da política portuguesa, afectando consternação e desculpando-se junto do governo português com imperativos de política interna. A estratégia de acusar a ONU, como se se tratasse de um ente com vontade própria, tinha, naturalmente, pouca ou nenhuma eficácia no plano internacional. Destinava-se, no fundo, como tantas declarações feitas na Assembleia Geral da organização, à opinião pública interna, e procurava esconder, em parte, o facto de, praticamente, todos os países do mundo estarem contra Portugal em matéria de política colonial.